

Estado do Rio de Janeiro Prefeitura Municipal de Vassouras Gabinete do Prefeito

Projeto	de Lei nº	/	

Institui o PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, em conformidade com a Lei Orgânica assim como à luz da Lei de Diretrizes e Bases e legislações correlatas e dá outras providências.

<Espaço destinado ao preâmbulo, conforme disposto no artigo 6º da Lei Federal Complementar n.º 95, de 1998.>

- **Art. 1º** Fica instituído o Plano Municipal de Educação em consonância com a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, com vigência de 10 (dez) anos a partir da data de aprovação pela Câmara Municipal de Vereadores.
- Art. 2º O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO foi elaborado com a participação da sociedade civil, sob a coordenação da COMISSÃO TÉCNICA DA EDUCAÇÃO PARA ALINHAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, nominada e qualificada no ANEXO ÚNICO, subsidiado pela Secretaria Municipal de Educação, tudo em irrestrita conformidade com os Planos Nacional e Estadual de Educação;
- **Art. 3º -** O **PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** é concebido em conformidade com o que dispõe o art. 214 da Constituição Federal, bem como com o disposto na Lei Orgânica Municipal, reger-se-á pelos princípios da democracia e da autonomia, buscando atingir o que preconizam as legislações constitucionais; infraconstitucionais, estaduais e municipais aplicáveis à espécie.
- **Art. 4º -** O Plano Municipal de Educação estabelece diretrizes objetivas e metas para todos os níveis da educação básica e modalidades de ensino, para formação e a valorização do magistério e para o financiamento e a gestão do Município que constitui o anexo único deste Projeto de Lei.
- **Art. 5º -** Compete especificamente à Secretaria Municipal de Educação composta pelo Conselho Municipal de Educação, pelo Fórum Municipal de Educação, Comissão Técnica e pela Comissão Coordenadora de Acompanhamento e Estruturação do Plano, o monitoramento contínuo e avaliações periódicas, realizando reunião anual para prestar contas da execução do mesmo.

Parágrafo único: A cada 02 (dois) anos ao longo da vigência deste PME os responsáveis pelo acompanhamento e monitoramento deverão adequar quando necessário com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil.

- **Art. 6º** As despesas decorrentes da aplicação desta lei deverão estar asseguradas no plano plurianual, na Lei, nas diretrizes orçamentarias e no orçamento anual municipal de modo a garantir a consignação de dotações orçamentarias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME a fim de viabilizar sua plena execução.
- **Art. 7º –** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários à execução do disposto nesta Lei.
- **Art. 8º -** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Vassouras, 22 de junho de 2015.

Renan Vinicius Santos de Oliveira